

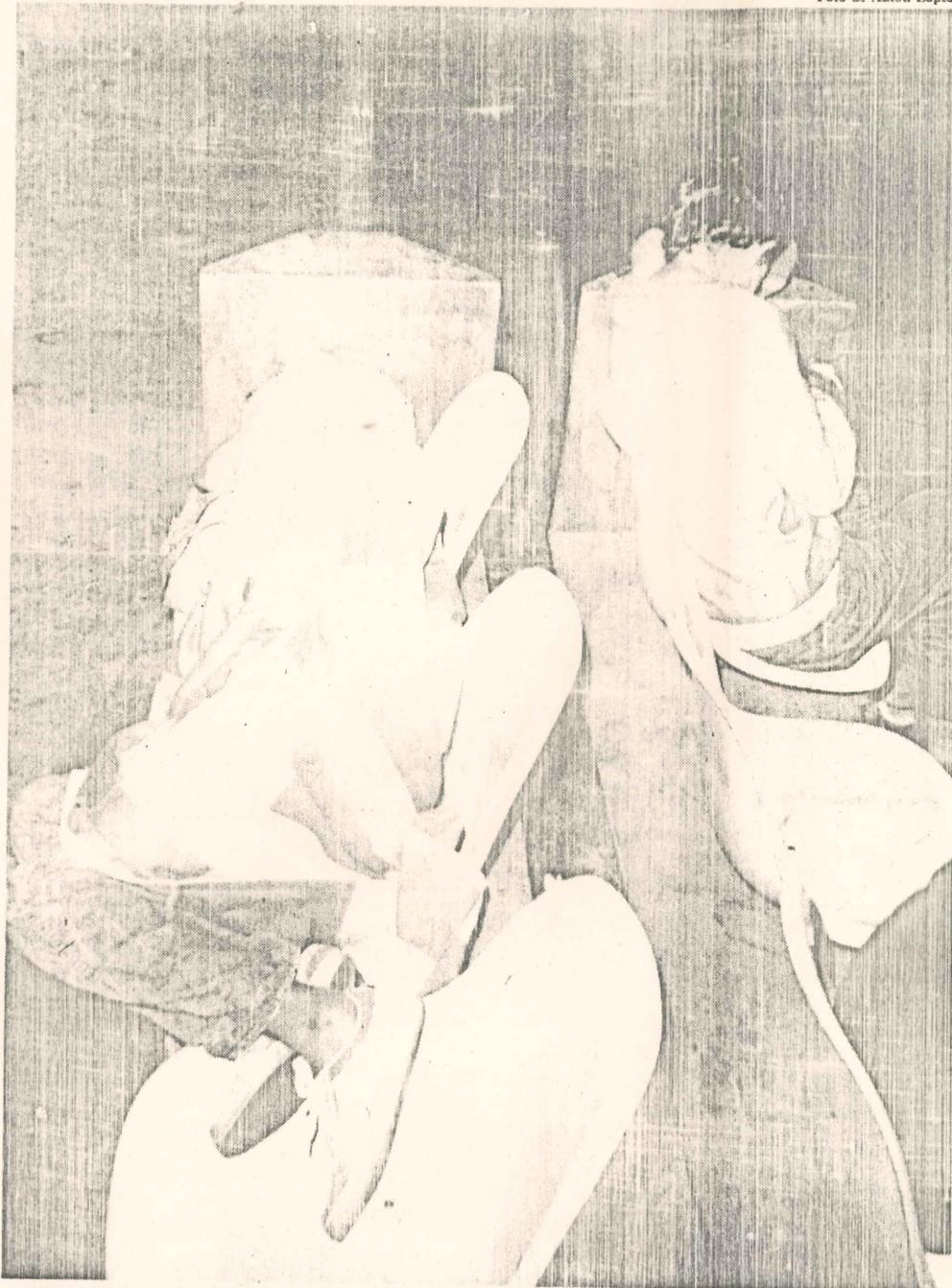
Migrações tornam periferia ainda mais miserável

Cláudia Feliz

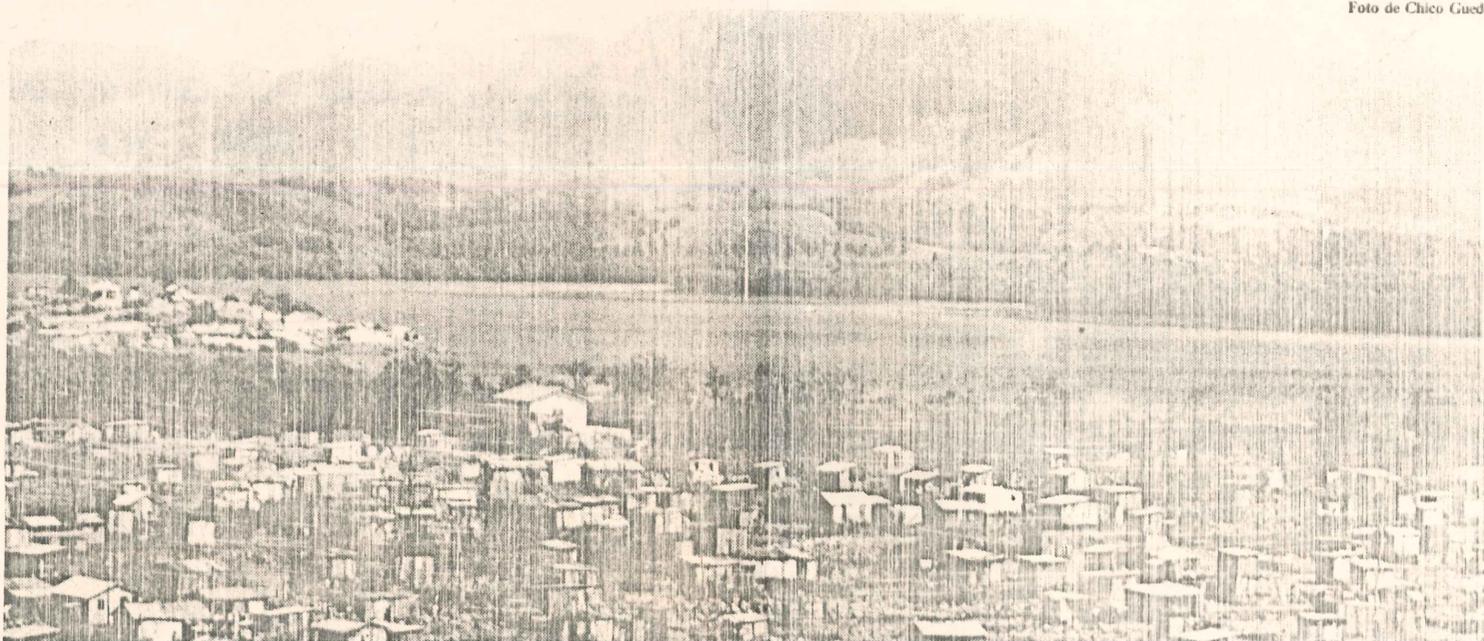
Diariamente, cerca de 200 pessoas buscam arrendimento num posto montado pela Prefeitura de Aracruz. Objetivo: conseguir um emprego numa das empreiteiras que atuam na expansão da empresa que leva o nome do município. No canteiro de obras, sete mil homens estão trabalhando e Aracruz sente os reflexos da expansão, principalmente nas localidades de Barra do Sahí e Barra do Riacho, através do aumento da violência e da mendicância, que chegam também à sede do município. Na Grande Vitória, mesmo sem uma grande obra a funcionar como pólo de atração, os números mostram que a migração de pessoas vindas de outros Estados e também do interior do Espírito Santo, continua crescendo. Em apenas dois postos, a Sala do Governador, em Vila Velha, e o plantão integrado, que funciona na sede da antiga LBA, ao lado do Palácio Anchieta, de janeiro a julho deste ano 1.760 migrantes foram registrados. Mas a realidade supera os números oficiais, já que nas duas principais portas de entrada dessa população, a rodoviária e a estação Pedro Nolasco, não existem postos de recepção que registrem, estatisticamente, a migração existente hoje na região. Um fenômeno que só tende a aumentar. Afinal, a expansão da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) depende apenas do sinal verde da Presidência da República. No pico das obras, os canteiros montados para a expansão vão abrigar 25 mil trabalhadores. Mas, além dos migrantes, a Grande Vitória ostenta também sinais do empobrecimento da população instalada em sua periferia, formada por uma grande leva de ex-migrantes que aqui chegaram a partir da década de 70, com a expansão e industrialização da região. Essa parcela miserável e doente está pedindo socorro e os técnicos da área social sabem disso.

Tudo mundo sabe que a reversão dessa realidade nada favorável, e que domina o país, requer, entre outras medidas, a redistribuição de renda. Mas enquanto isso não se viabiliza, socorrer, aliviar o sofrimento imposto pela miséria, é preciso. Esse socorro se dá desde o fornecimento de uma alimentação até a concretização do sonho maior: o emprego. As Secretarias de Ação Social, em nível estadual e municipal, atuando como bombeiros — só que sem os instrumentos e recursos financeiros necessários — sabem que, na Grande Vitória, a cada dia que passa o “apagar do fogo” torna-se mais difícil. Os serviços de atendimento são insuficientes e dispersos e a mendicância cresce.

De migrante a mendigo, o processo de degradação do homem apresenta estágios que o poder público quer atacar. Mas isoladamente cada órgão sabe que sua força é pequena, bastando, como exemplo, citar o que acontece hoje com a Secretaria do Trabalho e da Ação Social (Setas) da administração estadual. “Temos poucos técnicos, os salários não estimulam e o orçamento dessa Secretaria para este ano é falho, mal-feito.



Na Rodoviária de Vitória, muitos são obrigados a passar a noite nos bancos



Na CST, 25 mil na expansão

A Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) só depende de autorização da presidência da República para buscar financiamento visando à sua expansão. Uma empresa já está sendo contratada para elaborar o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) mas, desde já, a companhia admite que no pico da obra até 25 mil homens trabalharão na expansão. Uma grande obra que vai significar mais migrações.

A implantação da CST e a de demais projetos industriais na Grande Vitória trouxeram para a região um contingente enorme de pessoas, muitas abrigadas hoje nos bairros periféricos. Mas a migração existe, mesmo sem os grandes projetos. Distantes da realidade, os números dos plantões de ação social de Vitória e Vila Velha indicam: de janeiro a julho deste ano 1.760 migrantes foram atendidos, contra 2.450 em todo o ano passado.

Aracruz já

Se a CST aguarda o presidente, a Aracruz já toca sua obra de expansão. São sete mil trabalhadores, segundo o prefeito Heraldo Musso (PDS), que se queixa da falta de apoio do Governo do Estado na região, onde os reflexos da migração são evidentes. O prefeito admite que a violência aumentou e que para o ano que vem faltarão vagas nas escolas. Garante que solicitou ao secretário da Setas, Francisco Barros, um posto do Sistema Nacional de Emprego (Sine), mas não obteve a resposta rápida que esperava. “Aguardei por uns 90 dias e, mesmo assim, ele disse que não sairia logo. Aí, resolvi abrir um da Prefeitura”, explica.

Barros diz que Musso queria um posto para atender aos muitos pedidos de emprego que lhe faziam. “Não agimos assim

porque é preciso estrutura. O serviço tem que ser técnico, e não político”, argumenta o secretário. Político ou não, o fato é que o posto municipal, segundo Musso, atende a até 200 pessoas por dia e principalmente em Barra do Riacho e Barra do Sahí o movimento em busca de emprego é alto. A Prefeitura, também registrando o aumento da mendicância, fornece alimentação e passagens para os aventureiros que não conseguem a colocação profissional e têm de voltar para casa.

O Governo Max Mauro construiu casas no município e a Prefeitura um projeto mutirão de mais 115. “É pouco porque a empresa em expansão vai necessitar da contratação de cerca de seis mil pessoas. Estamos pensando no que vai acontecer por aqui a partir de 1991, num município sem a infra-estrutura necessária...”, comenta o prefeito. Em agosto deste ano, segundo a assessoria da Prefeitura, o 5º Batalhão da PM atendeu a 60 ocorrências, enquanto na delegacia de Polícia o índice alto de problemas se deu com trabalhadores da expansão.

O prefeito diz que o Governo do Estado faz retaliação. Segundo ele, toda a situação vivida por Aracruz vai ser retratada num dossiê que a Prefeitura deverá encaminhar, ainda neste mês, a deputados estaduais, à bancada de parlamentares capixabas, em Brasília, e ao próprio governador e secretarias de Estado. Por enquanto, Musso só planejou a retirada dos 17 funcionários municipais que atuam no posto estadual da sede do município. “Na rede de saúde tenho muitos funcionários mas não posso dar ordens”, justifica. Max Mauro, contudo, garante que Heraldo Musso lhe pediu que tirasse do posto um médico, por problemas políticos, com o que o governador não concordou. Essa seria a causa da insatisfação do prefeito.

Antenor teve de mendigar

Antenor Guarino de Souza, 40 anos presumíveis, a mulher e três filhos chegaram a Vitória, procedentes de Santo Agostinho, Minas Gerais, de posse de sacos com roupas e algumas panelas. No dia seguinte, passaram toda a tarde e dormiram na Rodoviária. O sonho do emprego e das melhores condições de vida não se concretizou. Souza esmoleu com a família e comprou passagens para a viagem que fez, na quinta-feira de manhã, para Belo Horizonte. Novo sonho, nova migração.

A família Souza não entrou nos registros dos plantões sociais. De sua

Foto de Alton Lopes

Foto de Chico Guedes

Secretaria de Ações Sociais (Setas) da administração estadual. "Temos poucos técnicos, os salários não estimulam e o orçamento dessa Secretaria para este ano é falho, mal-feito. Falta até rubrica para se aceitar recursos. Em Itapetinga, com uma população de 40 mil pessoas, temos só uma agente social e uma assistente social, quando seriam necessários dez técnicos. Em muitos casos é a população, são as comunidades que ajudam o trabalho a avançar", admite o secretário Francisco Barros.

Limitações

Barros, ex-prefeito de Baixo Guandu, assumiu a Setas há menos de um ano e não nega: "Quando vim para cá não esperava encontrar tantas limitações, um orçamento tão pequeno... Se ele não melhorar no ano que vem, vai ser melhor fechar a Secretaria". O secretário admite que o Governo faz o que pode com os recursos de que dispõe, construindo casas no interior do Estado, por exemplo — o governador Max Mauro garante que o projeto atinge 16 municípios — uma forma de conter o homem em seu local de origem.

Mas Francisco Barros quer mais. Sonha, por exemplo, com a implantação de um projeto nas áreas limítrofes do Espírito Santo com a Bahia e Minas Gerais. E desses Estados, e também de São Paulo, Rio de Janeiro e do interior do Espírito Santo, que vem a maior parte dos migrantes, em busca de melhores condições de vida na Grande Vitória. O secretário acha que o Governo do Estado deve dar incentivos fiscais para que empresários se motivem a investir próximo às distâncias, gerando emprego. Mas o governador, cético, responde: "No Norte não existe infraestrutura. Temos feito tudo para levar investidores para a região, mas com a taxa de over chegando a 45% ninguém quer investir..." O Governo Max usa a postergação do ICM como forma de atração para investimentos industriais, mas o resultado prático se dá mesmo na Grande Vitória, onde há estrutura.

Pobreza

Barros sabe, assim como os técnicos da área social, que, quanto mais se investir na Grande Vitória, mais se estará estimulando a migração. O garante que, em dez anos, se não for contido o processo, 90% da população interiorana capixaba estarão na Grande Vitória. Sem infraestrutura para recebimento e abrigo de toda essa gente, será o caos. O secretário garante que a Setas está propondo uma ação efetiva para 1990, com projetos abrangentes, centrados, principalmente no apoio às comunidades. Ele entende que o segredo, o segredo, está na organização. Por enquanto, o próprio secretário admite que o social não saiu do palanque em nível municipal porque é preciso atacar as causas. Está sendo prioridade. Para 1990, pelo menos nas áreas de orçamento com as comunidades carentes, a área social foi priorizada".

O governador, por sua vez, cita projetos envolvendo a construção de moradias e o atendimento menores de rua como exemplos de que seu Governo investe nessa área tão polêmica. Técnicos do setor dizem que nem tanto, pondo à mostra a crise interna, amplamente divulgada, onde faltam Francisco Barros e conhecimento suficiente para fazer com que a Secretaria e seus projetos sejam vistos com bons olhos. Max Mauro, por sua vez, prefere achar que os técnicos em questão "serviram 40 anos de autoritarismo e agora querem criar problemas na democracia".



Bolsões de miséria têm surgido em áreas periféricas da cidade, formados por famílias que chegam à procura de empregos

Prefeituras querem ação integrada

Ação integrada. É isso que técnicos das cinco prefeituras da Grande Vitória, da Setas e órgãos federais como o Inamps e a LBA, entre outros, estão propondo para o atendimento ao crescente número de pessoas que, juntando-se aos migrantes, formam o contingente vítima de carências sociais na região formada por cinco municípios. Essas pessoas estão nas ruas pedindo esmolas, nas invasões e também chegam diariamente pelos terminais das estações ferroviária e rodoviária. Os técnicos elaboraram o projeto, que visa ao atendimento de até mil pessoas por dia há dois meses. Só na última sexta-feira, porém, obtiveram a garantia de um encontro com o governador Max Mauro, homem de quem aguardam o sinal verde para o início dos trabalhos.

Independente das divergências facilmente identificadas na área do trabalho e ação social do Governo Estadual, envolvendo técnicos de um lado e o secretário Francisco Barros de outro, o fato é que a demora no atendimento por parte do governador estava gerando insatisfação no grupo ligado a 15 órgãos e serviços e que elaborou todo o projeto. Depois de falar do serviço prestado por técnicos aos "20 anos de autoritarismo", o governador Max Mauro abriu sua agenda para mostrar que, ao invés de 60, foram pouco mais de 30 os dias de espera.

Agir logo

Amanhã, a Setas pretende reunir esse pessoal, inclusive os prefeitos e superintendentes regionais dos órgãos federais, para a assinatura de um convênio. De posse do documento, haverá então o contato direto com o governador. Isso porque o entendimento de quem atua no setor é de que se faz necessária uma ação rápida. As prefeituras e a própria Setas têm pleno conhecimento de que só estão conseguindo atender a um percentual mínimo da clientela necessitada. Senão, como explicar que nos dois serviços, que funcionam em Vitória e em Vila Velha, tenham sido atendidas apenas 4.704 pessoas de janeiro a julho deste ano?

Atualmente, além da Prefeitura de Vitória, que possui um Centro de Triagem na avenida Beira-Mar, onde os dez leitos estão, quase sempre, ocupados pelos crônicos — mendigos alcoólatras, na maioria

dos casos — existem dois Plantões integrados de ação social (Pias). Um, na antiga sede da LBA, onde atuam funcionários da Setas, da Ucis e Iesbem, e outro conhecido como Sala do Governador, bem ao lado da Prefeitura de Vila Velha.

Em Vila Velha há assistência jurídica e um posto do Sine, mas os plantões, conforme avaliação da própria Setas, são basicamente voltados para o assistencialismo, limitando-se à viabilização de documentação para trabalho, concessão de passagens, ajuda para alimentação e medicamentos, entre outras. Vitória atendeu 3.479 migrantes de janeiro a julho enquanto em Vila Velha o número foi de apenas 1.225.

O Governo mantém ainda, em Carapina, um Centro Sócio-Terapêutico (Cest), que se originou do antigo CAS. Sua proposta é de atendimento e tratamento das disfunções sociais temporárias e crônicas. Tem capacidade para albergar 30 pessoas mas mantém uma média de 50 internos e uma infinidade de problemas. De janeiro a julho registrou o atendimento de 227 pessoas, 88 das quais sem família e 23 ignorando o próprio nome.

Os dados estatísticos, decididamente, não refletem a realidade. Uma forma de registrá-la melhor e, conseqüentemente, alterar o quadro do atendimento social é, na visão dos técnicos, integrar os serviços. Desde maio de 88 a proposta vem sendo trabalhada. Há dois meses, depois de muitas discussões envolvendo as prefeituras, os órgãos da Previdência Social, a LBA, a Comdusa e a Setas, a proposta ficou pronta, em forma de documento.

Espera

Aí começou a espera por um contato com o governador. Além disso, há mais de três meses, segundo a assistente social da Prefeitura de Vitória, que responde pela Secretaria de Ação Social do órgão, Emília Bicalho, a PMV aguardava a liberação de um espaço físico para montar um posto de recepção na Rodoviária. É que, atualmente, migrantes são "atendidos" no local, graças à boa vontade de policiais militares e comissários de menores. Alguns lhes dão parte do seu lanche, dinheiro do próprio bolso, e permitem que os mais carentes durmam próximo aos boxes, para maior segurança.

O projeto que envolve a unificação dos

trabalhos de atendimento às carências sociais emergenciais na Grande Vitória é amplo. Os técnicos estão propondo o seguinte: cada Prefeitura deve criar um centro de atendimento, capaz de albergar por até 15 dias pessoas carentes, fornecer alimentação e dar assistência médica, entre outros atendimentos que atingiriam mil casos/dia. A segunda etapa, fora do município, visa ao atendimento com garantia de albergue por até 90 dias no Cest I, inicialmente previsto para Vitória. Mas Maria Célia e Maria Margarida já antecipam que há uma outra alternativa, sob avaliação e mais viável, que é a de colocar as pessoas em pensões. O custo seria menor. Os casos crônicos é que iriam para o Cest II, em Carapina, ampliado para atendimento de até 200 pessoas.

Investimento

O Governo já liberou NCz\$ 60 mil para a reforma, mas este foi o custo da obra orçada no ano passado. Maria Margarida Santana diz que a proposta dos técnicos é de que não seja oferecido um atendimento institucionalizado. O albergado terá que receber, por exemplo, orientação profissional. A proposta é fazer o homem traçar seu próprio caminho. "Queremos agir preventivamente", diz ela, explicando os atendimentos em níveis primário, secundário e terciário. Dentro do Complexo Cest proposto, estão previstos trabalhos envolvendo também mães carentes com filhos menores, idosos e grupos familiares que poderão se manter unidos por até 90 dias.

As prefeituras, além de, em sua maioria, não disporem de recursos para investimentos imediatos nos seus centros de atendimento primário, não podem iniciar o trabalho sem que o Governo do Estado defina sua disposição em aplicar recursos nos dois Cest. Do contrário, como enviar a clientela necessitada para os atendimentos secundário e terciário?

O governador Max Mauro diz que quer agir neste campo. Frisa que o Estado está fazendo "tudo sozinho", sem recursos federais enviados pelo presidente Sarney, e admite que tentará incluir o investimento previsto no projeto técnico para o orçamento do último trimestre deste ano. Assim, o trabalho poderia ser iniciado, em sua total potencialidade, apenas no ano que vem.

sonho, nova migração.

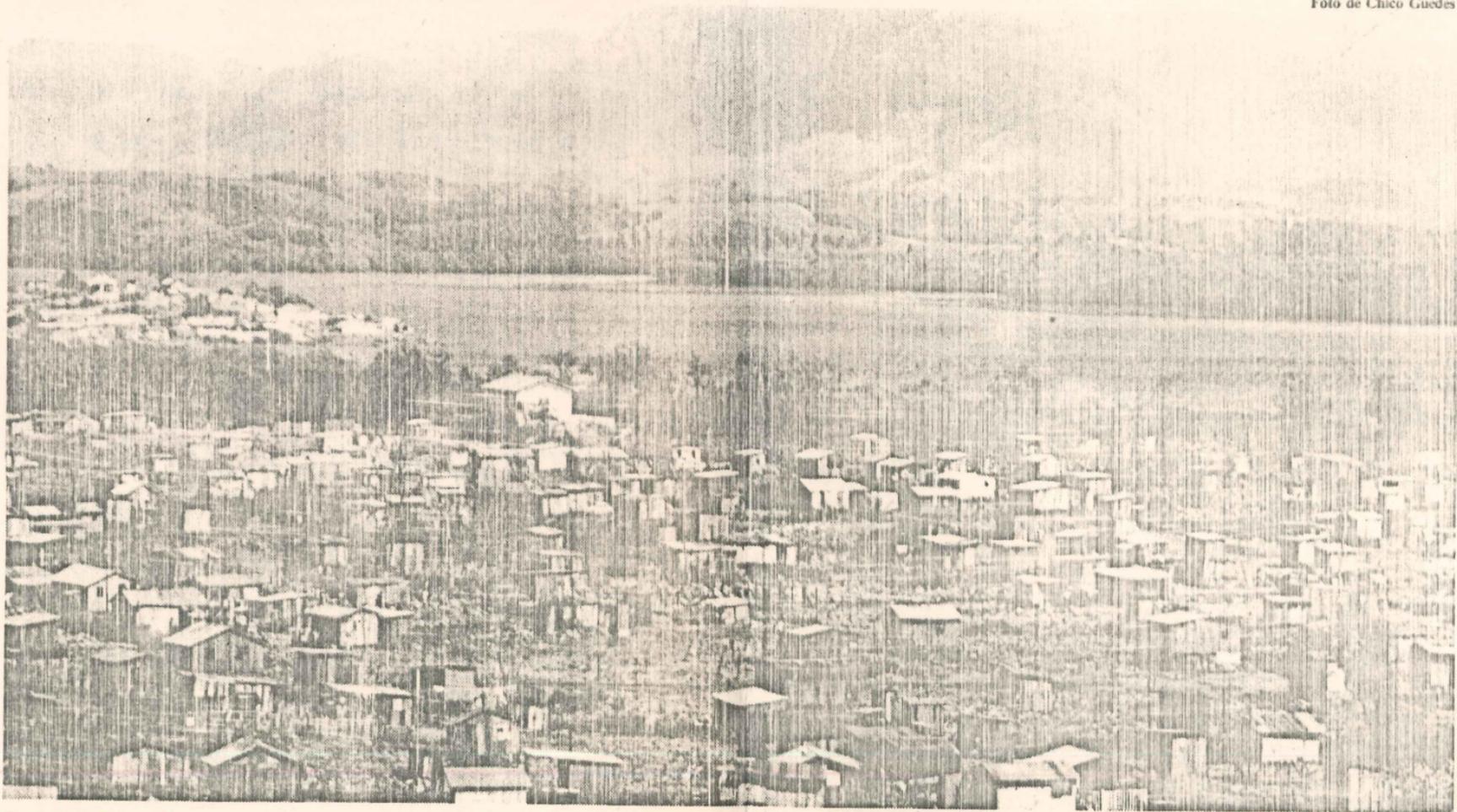
A família Souza não entrou nos registros dos plantões sociais. De sua passagem meteórica pela capital, levou apenas desilusão. Em Carapina, Antenor, protestante, não gostou do alcoolismo do cunhado e logo percebeu que não seria fácil conseguir um emprego com uma carteira de trabalho sem qualquer registro e apenas a experiência de biscateiro.

Primeira vez

Analfabeto, Souza manifestava, junto com a mulher, medo de tudo. "Alguém pode fazer mal a gente", dizia, enquanto um militar, no posto policial da Rodoviária, garantia que ele poderia dormir num cantinho, fora do boxe, com a família. "A gente não pode criticar mas já passou da hora de se montar um posto para migrantes aqui. Nós ajudamos como podemos...", comentou.

No mesmo posto policial estavam guardadas caixas com a mudança de uma família inteira com pai, mãe e cinco filhos menores. O homem não quis se identificar. Operário especializado em construção civil, garantiu que havia obtido a promessa de um emprego numa empreiteira que faz a expansão da Araacruz, mas dependia do crachá. Sem dinheiro para alugar um barraco para abrigar a família, ele chegou do Paraná e junto com a mulher mostrava expressão de angústia. "Nunca pensei passar por isso em toda a minha vida. Trouxe um cheque cruzado do pagamento que recebi no Paraná e aqui não pude depositar porque não tinha conta no banco. Mandei por selex para minha filha, em Santos, e espero o dinheiro", explicou.

O pouco que ainda restava no bolso ele gastava com iogurtes para as crianças porque a mulher não podia preparar mamadeira sem um fogão. Do Estado, a ajuda que poderiam receber — e lhes foi oferecida — foi abrigo para as crianças no Iesbem, em Cariacica, e para o casal, em Carapina. A mulher não quis ficar longe dos filhos e, depois de muito pensar, o casal decidiu que iria para Araacruz no dia seguinte. "Eu fico vigiando nossa mudança em qualquer lugar, longe da chuva. Lá alguém vai ficar com pena e abrir a porta para uma mãe e cinco crianças", disse o homem, confiante.



Bolsões de miséria têm surgido em áreas periféricas da cidade, formados por famílias que chegam à procura de empregos